



MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR: CONSTRUINDO NOVAS SOCIABILIDADES E CIDADANIA

MARIA DO SOCORRO XAVIER BATISTA¹

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

sxavier@terra.com.br; socorroxavier@ce.ufpb.br

Introdução

Este ensaio resulta das discussões e estudos que realizamos no projeto de pesquisa Educação e movimentos sociais: a cidadania em construção, da Linha de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba que aglutina e integra as diversas temáticas dos pesquisadores professores e estudantes. Caracteriza-se como um estudo exploratório, de natureza teórica/emprática que tem como objetivos suscitar aportes ontológicos, epistemológicos e teóricos para compreensão da educação popular que se realiza nos movimentos sociais; analisar a contribuição da educação popular vivenciada nos movimentos sociais na constituição de uma pedagogia de seres humanos com capacidade crítica e emancipadora; destacar o papel da educação nos movimentos sociais na construção de novas sociabilidades e de cidadania.

¹ Professora, doutora, da Universidade Federal da Paraíba, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em Educação e Movimentos Sociais.

O trabalho foi estruturado nos seguintes tópicos: Os movimentos sociais e a educação popular construindo cidadania, Educação popular em movimentos sociais construindo novas sociabilidades e indicações conclusivas. Busca-se refletir sobre os movimentos sociais no contexto atual e a importância desses movimentos como instituintes de práticas educativas de novas sociabilidades, de busca e de afirmação da cidadania para os setores excluídos da sociedade capitalista no Brasil.

Os movimentos sociais e a educação popular construindo a cidadania

Desde as décadas de 1970 e 1980 os movimentos sociais se evidenciam como importantes atores na cena política brasileira, como consequência da organização, das mobilizações dos setores excluídos, das conquistas que lograram. A partir da década de 1990 esses movimentos, apesar de vivenciarem uma crise, em consequência da conjuntura instaurada pela nova ordem mundial, cada vez mais mundializada, dos desdobramentos políticos, sociais, éticos, culturais, diante das relações de exploração e de poder, os sujeitos sociais que compõem os segmentos mais atingidos pelos efeitos nefastos desse capitalismo predatório engendram novas formas de resistência constituindo uma rede de movimentos sociais que vem desenvolvendo diversas ações coletivas de protestos, de organizações que oferecem alternativas e propostas para uma nova sociedade, formando um verdadeiro movimento que questiona o capitalismo globalizado. Tal movimento se manifesta contra os constantes ataques do capital contra os direitos sociais, o avanço da miséria e das desigualdades que vêm crescendo desde os anos 1980, contra as repercussões desse modelo nos países nos países pobres, da América Latina, da África e no Brasil, onde se manifesta de forma mais dramática e onde os problemas globais tomam dimensão catastrófica especialmente no que diz respeito às questões ambientais, de direitos humanos, democráticos e trabalhistas, da produção cultural, da violência, as drogas e a contravenção. Segundo Leite (2001, p.2), *“generaliza-se a percepção de que qualquer combate ao sistema que pretenda eficácia tem que se articular internacionalmente”*.

As estratégias utilizadas pelos movimentos sociais combinam ações de resistência e de enfrentamento como protestos, passeatas, onde se aglutinam os diversos segmentos ou categorias de classe, que contam com o apoio e a solidariedade de amplos setores, até a

vivência e a troca de variadas experiências concretas e pulverizadas, de alternativas ao modelo capitalista de produzir e de viver, que são realizadas nos mais variados locais. Destacam-se a criação do Fórum Social Mundial e o Fórum Mundial de Educação como momentos ímpares de encontro de pessoas dos mais diversos movimentos, que propiciam trocas e intercâmbios de experiências e conhecimentos dos diversos setores populares que formam uma ampla rede mundial.

Nos movimentos e nas lutas por eles empreendidas são reivindicados direitos e vivenciadas experiências e propostas de educação popular, destacando-se as experiências de escolas comunitárias, as milhares de experiências e programas de educação popular em ONGs, associações comunitárias, práticas de economia solidária, e as propostas e programas de Educação dos Movimentos sociais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os movimentos sociais podem ser considerados como ações coletivas que se desenvolvem numa esfera sociocultural, onde sujeitos coletivos interagem, criam espaços de solidariedade, praticam uma cidadania em processo, vivenciam práticas educativas que propiciam múltiplas aprendizagens, reivindicam direitos e buscam mudar a sociedade em que vivem. Eles são como salienta Camacho (1987, p. 217),

"uma dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevalecente, e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social.

Como elemento constitutivo da sociedade moderna a cidadania tem-se diferenciado entre o projeto hegemônico, liberal que circunscreve-se a uma cidadania restrita, formalizada perante a lei, mas negada na realidade de exclusão e as aspirações universais e alargadas das populações subalternas que incluem a alteridade, as identidades interculturais, os direitos civis, políticos, sociais, a igualdade econômica e social. A construção da cidadania é um projeto que tem dimensões éticas e políticas e está associada à construção de uma sociedade democrática, na perspectiva do projeto de modernidade capitalista e suas forças hegemônicas, como salienta Scherer Warren (1998, p. 2)

O que denominamos de “construção da cidadania”, é um valor cultural da modernidade, que tem uma dimensão ética e outra política. A democracia, e seu correlato - a cidadania - têm se colocado na contemporaneidade frente a

um aparente paradoxo: surge enquanto um princípio universal e, ao mesmo tempo, como um anseio de autodeterminação das minorias. Isto exige uma resolução através de um processo dialógico que contemple a diversidade (especificidades das minorias) e o princípio universal da igualdade.

No tocante as dimensões educativas dos movimentos sociais destacam-se desde as várias experiências sócio-educativas em projetos de educação comunitária; o sentido pedagógico do movimento de uma educação da/do cidadã/cidadão, as práticas educativas, a educação popular, a educação não formal, expressões utilizados para falar das experiências vividas no cotidiano dos movimentos sociais e das aprendizagens que a participação nos movimentos propicia, com suas múltiplas dimensões: políticas, culturais, subjetivas, simbólicas, afetivas, que trazem novas matrizes discursivas para a educação.

No cenário de lutas vai-se forjando uma educação da polis, da rua, da praça, como arena onde se exercita a cidadania, uma cidadania planetária; reafirma-se o movimento social como princípio educativo da formação humana, retomam-se práticas pedagógicas, aprendizagens ligadas aos *“processos de luta pela transformação social e pela recuperação da dignidade humana”* (Caldart, 2000:1).

Educação popular em movimentos sociais construindo novas sociabilidades

O fazer-se humano comporta espaços e dimensões múltiplas, faz-se num aprendizado contínuo e coletivo e os movimentos sociais representam espaços privilegiados de vivências para construir novas sociabilidades e novos seres humanos que se constituem como sujeitos culturais, sociais, éticos, coletivos, espaciais, históricos, afetivos, políticos, cidadãos.

A educação popular vivenciada nos movimentos sociais proporciona processos educativos e de produção de saberes entre iguais, entre pessoas que comungam de objetivos e identidades comuns, mediados por práticas organizativas e discursivas em que todos são sujeitos do processo. Os variados procedimentos e linguagens utilizadas como a música, o teatro, a mística, os símbolos, os textos escritos, a linguagem oral e todos os recursos utilizados formam uma rica contribuição para a formação de sujeitos e podem apontar educação escolar práticas pedagógicas enriquecidas pelas experiências desses movimentos. As estratégias de luta e de organização, as análises de conjuntura, o reconhecimento e a luta por

direitos contribuem para uma educação política, para a identidade social dos sujeitos e para a construção da cidadania.

Ressalta-se a importância dos movimentos como instituintes de práticas educativas, de novas sociabilidades, de busca e de afirmação da cidadania para os setores excluídos da sociedade capitalista no Brasil. A realidade e as pesquisas que vimos realizando têm revelado uma ampla e diversificada teia de experiências de educação popular, empreendidas pelas ações coletivas nas cidades e no campo.

Entendemos que a educação vivenciada nos movimentos sociais caracteriza-se por ser um processo de produção, apropriação e partilha de conhecimentos sobre a realidade social, política, econômica, cultural e ontológica. Nos movimentos e nas lutas empreendidas pelos setores das classes populares são vivenciadas experiências e propostas de educação popular, destacando-se as experiências de educação popular em ONGs, associações comunitárias, as práticas de economia solidária, e as propostas e programas de Educação dos Movimentos sociais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A participação nos movimentos sociais rurais no Brasil no contexto atual ilumina a cena da questão social da exclusão, denuncia a negação da cidadania que se manifesta nas condições precárias de vida, da fome, da violência. Ao mesmo tempo em que questiona a propriedade da terra como instrumento de mercado e de especulação a qualifica como valor social.

Caldart (2000, p. 3) salienta a necessidade de se pensar “*movimento social como uma das matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão e desigualdade social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos*”. Aspecto importante no contexto de avanço da globalização e da disseminação do ideário neoliberal em todas as instâncias sociais e na educação, em que se avolumam os processos de exclusão social.

A participação no movimento social propicia “um processo de *fazer-se humano na história* que está produzindo e sendo produzido em um *movimento de luta social*, que também se constitui como parte de um *movimento sociocultural* mais amplo” (CALDART, 2000, p. 3).

Nos espaços dos movimentos estão se construindo novas relações sociais/humanas com base na cooperação, na solidariedade, na cidadania, novos sujeitos gestam-se na compreensão

de que são sujeitos históricos construtores da história, de uma sociedade onde o humano deve prevalecer sobre o capital, sobre o mercantil. Mas esses sujeitos vivem e se formaram e introjetaram os valores do dominador, vigentes numa sociedade onde são fortes as relações de poder entre dominantes e dominados, em que o individualismo, a competição estão presentes e não são extirpados senão num processo educativo que se vai ao longo da vida. (BATISTA, 2003 p. 3).

A educação nos movimentos sociais abrange desde a chamada educação informal, que são as práticas educativas, as aprendizagens que ocorrem no decorrer da participação nos eventos, nas estratégias de organização e de lutas como as experiências de educação formal que são implementadas nos assentamentos da reforma agrária. Como pensa o MST a educação.

Para nós a Educação acontece em processo, desde a participação das crianças, das mulheres, da juventude, dos idosos, construindo novas relações e consciências, até a participação nas marchas, assembléias, cursos, caminhadas, trabalhos voluntários, gestos de solidariedade, ocupações, mobilizações, reunir-se para aprender e ensinar o alfabeto, e mais que isso, o ato de ler e escrever a realidade e a vida (O MST e a Educação).

O caso mais destacado se dá nos acampamentos e assentamentos do MST. Nos assentamentos existem cerca de 1.800 escolas de Ensino Fundamental, que contam 160 mil crianças e adolescentes freqüentando e onde trabalham cerca de 3.900 educadores. Nos acampamentos existem as escolas Itinerantes². Além disso, existem mais 250 educadores que trabalham nas Cirandas Infantis³, na educação de crianças até 6 anos. O movimento também abarca cerca de 3 mil educadores de alfabetização de jovens e adultos, onde estudam cerca de 30 mil alfabetizandos. Além da preocupação com o acesso à educação o MST tem uma filosofia

Princípios Filosóficos da Educação no MST: 1) Educação para a transformação social; 2) Educação aberta para o mundo, aberta para o novo; 3) Educação para o trabalho e a

² Escolas públicas nos acampamentos. No Rio Grande do Sul, isto foi conquistado a partir de 1996, através da aprovação pelo Conselho Estadual de Educação da Escola Itinerante, que atende crianças de 7 a 12 anos de 1ª a 5ª séries. Essa escola vai para onde o acampamento for.

³ Frente de Educação Infantil (ciranda infantil): envolve o conjunto de trabalhos que vão desde o período de gestação dos bebês até atividades com as mães, estudos de maneiras de educar os filhos, buscas de alternativas para enriquecer a nutrição, atividades educativas com as crianças até os 6 anos de idade.

cooperação; 4) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 5) Educação como processo permanente de formação/transformação humana

Nas experiências de economia popular solidária⁴ protagonizadas, organizadas e vivenciadas por trabalhadores (as) e demais setores subalternos nos assentamentos da reforma agrária⁵, para além da geração de trabalho e renda vem-se originando novas formas de sociabilidade, de relações de produção alternativas ao modelo capitalista de produzir e trocar mercadorias, ou seja, vem-se gerando um novo paradigma de desenvolvimento sustentável⁶.

O processo de desenvolvimento que vem se germinando nas experiências de reforma agrária buscam um desenvolvimento auto-sustentado, com uma agricultura agro-ecológica⁷. A comercialização tem se organizado em espaços alternativos de mercado como feiras organizadas coletivamente pelos próprios produtores, dispensando os intermediários no processo de troca. As relações de trabalho vividas nos assentamentos se apóiam em princípios como a solidariedade, a cooperação, o trabalho familiar. Oliveira (2003, p. 11) destaca alguns valores e princípios presentes nos empreendimentos de economia popular solidária dos setores populares.

“Valores da gratuidade, da cooperação e da autogestão predominam sobre a lógica do individualismo. Princípios como os da democratização do saber, da convivência solidária com a natureza, da valorização da vida do consumidor, da questão de gênero, são diferenciais em relação à exploração econômica na lógica convencional do capitalismo”.

⁴ O volume de experiências fez com que algumas instituições e entidades venham se organizando e fomentando os empreendimentos solidários, entre as quais destacamos: A Cáritas Brasileira que coordena uma rede de Economia Popular Solidária; a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e Participação Acionária – ANTEAG; A CUT – Central Única de Trabalhadores que criou a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS; a Comissão Pastoral da Terra –CPT; a Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares. Também é importante destacar a Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária como iniciativas para congregar e fortalecer as experiências de economia popular solidária e a Secretaria Nacional de Economia Solidária ligada ao Ministério do Trabalho, criada no atual governo federal.

⁵ Cerca de 200 mil famílias vivem em projetos de assentamentos em todo o Brasil.

⁶ Desenvolvimento sustentável na visão de Giansant (1998, p. 13) é “a capacidade das sociedades sustentarem-se de forma autônoma, gerando riquezas e bem-estar a partir de seus próprios recursos e potencialidades”.

⁷ A exemplo da Feira Agro-ecológica da Várzea Paraibana que é definida pelos seus organizadores como “um espaço de comercialização coletiva de produtos orgânicos realizadas pelos próprios produtores, enquanto espaço educativo de integração cooperativista entre agricultores e consumidores” (FEIRA AGROECOLÓGICA DA VÁRZEA PARAIBANA. Regimento Interno, art. 2, Apud OLIVEIRA, 2003).

Outro elemento importante da dimensão humana que a lógica da racionalidade instrumental tem eclipsado na educação formal, mas que é enfatizado e trabalhado na educação popular vivenciada nos movimentos sociais, especialmente no MST, é a dimensão subjetiva e afetivo-emocional, na literatura do MST, aparece como Mística. Segundo Lima (2003, p. 30) *“abarca aspectos relacionados à dimensão subjetiva humana, como sentimentos, afetos, emoções, força interior. Mas tais aspectos estão diretamente relacionados à energia, à força que os mantém na luta política pela transformação da sociedade. A mística integra o sentir, o pensar, o fazer/agir”*.

A mística possibilita e dinamiza as relações interpessoais entre os participantes dos movimentos, anima as ações coletivas, as esperanças e lutas em busca de uma sociedade solidária, em busca de direitos. Como enfatiza Lima (2003, p. 54), *“a mística apresenta-se como contribuição à construção de uma cultura contra-hegemônica e os movimentos sociais, mais particularmente o MST, como espaço de afirmação cidadã dos sujeitos subalternizados”*.

Conhecendo pelo convívio com a pobreza, com a opressão e a exploração capitalista e pelo conhecimento racional, teórico que explica suas causas e a necessidade da luta para sua superação abraça-se a mística com os elementos dos sentimentos, das paixões e dos afetos. Como destaca Lima (2003, p. 56), *“a mística encontra-se nas relações amorosas, afetivas travadas com essa realidade, na convivência e cumplicidade de companheiros e companheiras que compartilham dos mesmos ideais”*.

As conquistas das lutas dos movimentos sociais pela reforma agrária tem proporcionado o acesso à terra a milhares de trabalhadores deserdados da terra, nas relações sociais que se estabelecem entre as pessoas – homens, mulheres, crianças, jovens – e com a terra novas dimensões são introduzidas. Como salienta Pereira (2003, p. 86).

“Neste processo, a terra deixa de ser objeto de exploração, de uma relação puramente mercantilista, “lugar de morte, tortura e medo”, (...), para tornar-se um instrumento de paz e unidade nas mãos de trabalhadores e trabalhadoras. Estamos vivenciando a passagem de um projeto de morte e escravidão para um projeto de vida e liberdade. Esta passagem é processual. Ser humano e terra vão deixando de ser objetos de exploração para se tornarem sujeitos pedagógicos de uma nova ordem”.

O cativo da terra submerge para dar lugar à liberdade na terra. A conquista da terra traz a consciência que a realidade social é histórica e é produto da ação dos homens e

mulheres. Essa ação de transformação social, econômica, política fomenta especialmente uma revolução cultural para a libertação (FREIRE, 1981, p. 43).

Conclusões

Os desafios da educação popular nos movimentos sociais são grandes e começam pela própria recuperação da esperança na luta coletiva, pela ênfase nos valores éticos e solidários como caminho para se restaurar a dignidade humana, para se resgatar os direitos sociais e políticos, o direito de se pensar diferente, a revalorização da política. Valores e dimensões que foram despedaçados, desacreditados sob a hegemonia do neoliberalismo individualista, fragmentário, competitivo. Assim, um *“novo movimento e uma nova geração militante instauram um campo de idéias e um espaço de ação política onde um outro mundo é possível”* (Leite, 2001:2).

Mas essa adversidade não deve servir de imobilismo, pelo contrário, deve ser força mobilizadora e impulsionadora de ações de enfrentamento, de resistência, de criação de alternativas possíveis para ir se minando por dentro a estrutura hegemônica e ir-se forjando, contrapondo-se novas formas de se viver mais solidária, mais igualitárias.

Um dos aspectos positivos dos movimentos sociais é que ele tem atraído a participação da juventude *“despertado esperanças, restabelecido utopias e reconstruído o sentido de uma história aberta, feita pelos próprios seres humanos, por suas escolhas e lutas”* (Leite, 2001: 2). Isso cria expectativas de que esses ideais possam ir adiante com as novas gerações. Criam um efeito de uma *“pedagogia da esperança”* (Freire, 2000), práticas educativas sociais que formam pessoas engajadas na construção histórica da sociedade.

Os movimentos mostram que é possível resistir. As práticas educativas emancipatórias vivenciadas no cenário das lutas reafirmam que a história é uma construção social, é um campo de ação com avanços e recuos, que se faz pela ação coletiva dos sujeitos, que a resistência e o enfrentamento são parte das estratégias de lutas, mas que só os sujeitos organizados e com lutas conjuntas pode enfrentar os poderes hegemônicos e construir novas sociabilidades.

Referências

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Educação e movimentos sociais: a construção da cidadania**. In: **Anais XVI EPENN – Encontro de Pesquisa Educacional Norte e Nordeste**. Sergipe, 2003).

CALDART, Roseli Salete. **A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 23ª reunião anual 24 a 28 de setembro de 2000, Caxambu, MG. Disponível em <http://www.anped.org.br/1408t.htm>, acesso em 16, mar. 2002.

GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998.

LEITE, José Correa. **A esquerda brasileira e o novo internacionalismo**. FSM <http://www.portoalegre2003.org/>.

LIMA, Joselita Ferreira de. **A Dimensão Educativa da Mística na Luta Política do Movimento dos Sem Terra – MST**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. João Pessoa, 20/10/2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **O MST e a Educação**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/setores/educacao/educar.html>. Acesso em 23/11/2002.

OLIVEIRA, Rosângela Alves. **A feira agroecológica da várzea paraibana: práticas educativas na economia popular solidária**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. João Pessoa, 2003.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Práticas educativas na luta pela terra: uma análise freireana da experiência dos trabalhadores rurais do Assentamento NovaVida/Pb**. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB. João Pessoa, 2003.